

A. I. N° - 09194174/01
AUTUADO - PELLEGRINO DISTRIBUIDORA DE AUTOPEÇAS LTDA.
AUTUANTE - SÍLVIO CHIAROT DE SOUZA
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 18. 09. 2002

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0330-04/02

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Comprovado que o autuado possuía Regime Especial para recolher o imposto após a entrada da mercadoria no seu estabelecimento. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 04/03/01 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige ICMS, no valor de R\$ 945,31, em razão da falta de antecipação tributária, no primeiro posto da fronteira, incidente sobre partes e peças de veículos, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 64819 (fl. 3) e demonstrativos anexos.

Tendo em vista que o autuado não tinha apresentado defesa e nem efetuado o pagamento do imposto dentro do prazo legal, em 05/07/01, a INFAZ Jequié lavrou o Termo de Revelia (fl. 16), sendo o processo encaminhado à Comissão de Leilões. Uma vez que o fiel depositário não apresentou as mercadorias quando intimado pela Comissão de Leilões, o PAF foi enviado à PROFAZ para inscrição em Dívida Ativa.

À fl. 32 dos autos, foi anexada a defesa tempestiva apresentada em 11/04/01 e protocolada na INFAZ Pirajá. Nessa defesa, o autuado afirma que a autuação é indevida, pois ele possui, desde janeiro de 2001, Regime Especial que permitia o pagamento do imposto até o 9º dia do mês subsequente ao da entrada das mercadorias elencadas na Portaria nº 270/93 no seu estabelecimento. Juntou, às fls. 35 a 37, uma cópia do processo nº 002031200010, onde ele solicitou e foi deferido o Regime Especial.

Em 10/07/02, em comunicação dirigida à PROFAZ (fls. 40 e 41), o autuado solicitou o arquivamento do Auto de Infração, conforme ele já tinha pedido em abril de 2001.

Nos termos do art. 127, § 2º, do RPAF/99, a auditora fiscal Rossana Araripe Lindote foi designada para prestar a informação fiscal. A auditora opinou pela improcedência da autuação, pois conforme pesquisa feita junto ao Sistema de Informações da SEFAZ, constatou que o autuado possui Regime Especial em vigor, concedido com base no Parecer nº 185/2001 da GECOT.

VOTO

O Auto de Infração exige ICMS devido por antecipação tributária, na entrada das mercadorias no território baiano, referente a aquisições interestaduais de mercadoria arroladas na Portaria 270/93.

Às fls. 35 a 37, o autuado comprovou que possuía Regime Especial que o autorizava a efetuar o pagamento do ICMS devido por antecipação, referente às mercadorias arroladas na Portaria 270/93, até o 9º dia do mês subsequente ao da entrada das mesmas no seu estabelecimento.

A auditora fiscal encarregada de prestar a informação fiscal, além de acatar a alegação defensiva, efetuou pesquisa junto ao Sistema de Informações da SEFAZ e constatou que o autuado, efetivamente, possuía o citado Regime Especial.

Em face do comentado, entendo que a infração não ficou caracterizada, pois, no momento da autuação, o autuado estava desobrigado de efetuar o pagamento do imposto em lide por força de Regime Especial.

Pelo acima exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09194174/01**, lavrado contra **PELLEGRINO DISTRIBUIDORA DE AUTOPEÇAS LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de setembro de 2002.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANSELMO LEITE BRUM - JULGADOR